

Linhas de alta tensão enterradas têm valores eletromagnéticos superiores

8 de Junho, 2017

As linhas elétricas de alta tensão enterradas têm um impacto positivo na percepção do risco, mas os valores “de campo magnético à superfície são superiores face aos que se verificam em linhas aéreas”, de acordo com especialistas. Segundo o relatório do grupo de trabalho para os campos eletromagnéticos, que se encontra em discussão pública, enterrar linhas de alta e de muita alta tensão (AT/MAT) traduz-se “tipicamente em valores de campo magnético à superfície que são superiores face aos que se verificam em linhas aéreas”, não sendo a opção “adequada para o propósito da redução da exposição”, refere a agência Lusa.

No relatório, o grupo destaca ainda que o custo de enterrar de linhas “é tipicamente entre 13 a 20 vezes mais elevado”.

O grupo de trabalho, que inclui representantes da secretaria de Estado da Energia, da Direção-Geral da Saúde, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), reconhece que “as linhas de transporte de eletricidade têm um profundo impacte social nas populações que lhes estão próximas”.

Este impacto social manifesta-se através de “uma percepção de risco e ansiedade acrescidas, por uma eventual desvalorização patrimonial ou social das infraestruturas abrangidas ou por outros efeitos de carácter subjetivo, não quantificáveis cientificamente”.

Por isso, “os impactes sociais das linhas de transporte de eletricidade são uma preocupação constante das populações, devendo ser também devidamente acautelados nos procedimentos a adotar”.

Neste âmbito, o grupo de trabalho recomenda o cumprimento das restrições básicas, “sem prejuízo de que, sempre que tecnicamente viável e depois de ponderadas as relações custo-benefício, seja minimizada a exposição dos campos eletromagnéticos originados pelas infraestruturas elétricas a construir”.

Neste sentido, propõe que a DGEG publique um manual de boas práticas até ao final do ano, com recomendações técnicas que permitam reduzir as emissões. Para minimizar os efeitos sociais, defende mais “informação independente e estruturada” e um maior “envolvimento dos agentes locais”.